

APRESENTAÇÃO

Ordem e desordem: arquitetura e vida social oferece um panorama de trabalhos realizados no âmbito do nosso Grupo de Pesquisa *Dimensões morfológicas do processo de urbanização*, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq) e sediado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Exceto eu, os autores são doutores formados no nosso Programa de Pós-Graduação. Tive a felicidade de orientar suas teses entre os anos de 2006 e 2009 – fonte de alegria e enriquecimento pessoal. Os cinco últimos capítulos baseiam-se em suas pesquisas doutorais. Exemplificam o amplo espectro das abordagens e das escalas – da metrópole ao espaço doméstico – entretanto com o mesmo fio condutor: relações entre configuração dos lugares e condições de vida.

Dos autores, Franciney França é graduada em matemática e Rômulo Ribeiro em geologia. Os demais são arquitetos. A teoria da arquitetura tem muitos exemplos de como o conhecimento da área recebe contribuições de egressos de outros campos disciplinares – cito os casos emblemáticos de Evaldo Coutinho (1911-2007), pernambucano, bacharel em Direito, autor do seminal *O espaço da arquitetura* (1970), e Bill Hillier (n. 1937), inglês, bacharel em Literatura, autor, com Julienne Hanson, de *The social logic of space* (1984). Nosso livro ilustra, mais uma vez, como não arquitetos podem ser “conquistados” para o estudo do espaço de nossa vida cotidiana – o espaço arquitetônico, em todas as nuances e escalas.

O primeiro capítulo foi escrito por mim em parceria com Valério Medeiros. Visitei Chandigarh, a capital regional indiana, no início de 2011. Le Corbusier a projetou em 1950, Lucio Costa concebeu Brasília em 1957. A literatura arquitetônica em geral acentua o parentesco entre as duas cidades. Há semelhanças. Lucio Costa sempre reconheceu a influência de Le Corbusier, o grande inspirador do Movimento Moderno em Arquitetura. Entretanto, os contrastes falam mais alto, compará-las foi tentação irresistível. O capítulo explora o binômio *ordem/desordem*, mostra como ocorre diferentemente na configuração das duas cidades.

No Capítulo 2, Valério Medeiros investiga a identidade morfológica da cidade brasileira. Ao estudar comparativamente 164 cidades, confronta as do Brasil com as do resto do mundo. Para as urbes estrangeiras utiliza dados de fontes diversas, inclusive a

base de informações do *Space Syntax Laboratory*, de Londres. Nas brasileiras, discute os centros históricos, seu papel nos núcleos urbanos que explodiram demográfica e fisicamente no século XX no Brasil, os elementos que os distinguem enquanto *oásis* de clareza em meio a cidades crescentemente confusas e *fragmentadas*.

No Capítulo 3, Sandra Soares de Mello pesquisa relações entre o estado de conservação/deterioração das margens de rios que atravessam as cidades, a maneira como eles se inserem fisicamente na urbe e os modos de apropriação das orlas pelas pessoas. É um trabalho na interface entre *urbanismo* e *meio ambiente*. Discute um aparente paradoxo: as condições de *urbanidade* ao longo dos corpos d'água, assim entendendo a apropriação pública das margens, resultam na identificação das pessoas com eles, na sua proteção e conservação – não na degradação.

No Capítulo 4, Rômulo José da Costa Ribeiro trata de índices de qualidade de vida urbana e argumenta que, tradicionalmente, a dimensão morfológica das cidades está ausente deles. Ademais, as análises são usualmente pontuais, sem que haja procedimentos para lidar com tantos e tão variados *aspectos de desempenho da cidade*. Lidando com ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica e outras, ele reúne indicadores morfológicos a socioeconômicos e ambientais, compondo um quadro mais rico e inusitado da realidade urbana do Distrito Federal, Brasil.

No Capítulo 5, Antonio Paulo de Hollanda Cavalcante parte de lacunas similares, focando a questão da mobilidade e acessibilidade urbanas. Mostra como os modelos tradicionais de transportes focam a *demand*a, quase nada a *oferta*. Argumenta que a configuração da cidade tem implicações diretas na oferta de condições de circulação veicular. Estuda o caso dos congestionamentos de trânsito em Fortaleza (CE) e propõe, além de variáveis morfológicas, outros índices que ajudam a compreender as causas do fenômeno, e os cuidados a serem tomados no planejamento do tráfego e nos projetos de urbanismo.

No sexto e último capítulo Franciney Carreiro de França estuda as transformações na configuração dos apartamentos do Distrito Federal, Brasil. Estuda a evolução das plantas nas cinco décadas de existência da cidade e discute as transformações operadas pelos moradores nas plantas originais. As mudanças podem ser “indisciplinas leves” (mudanças de uso dos cômodos) ou “indisciplinas pesadas” (remoção/adição de

paredes, portas etc.). Interpreta as mudanças como adequações dos domicílios a novos estilos de vida, que se refletem no espaço doméstico.

Os capítulos variam nas teorias utilizadas, nos métodos empregados e nas técnicas operacionais, a depender do problema de pesquisa e das exigências correlatas. Contudo, há um elemento comum a todos: o emprego da *Teoria da Lógica Social do Espaço*, ou *Teoria da Sintaxe Espacial* (SE), como é mais conhecida. Meu campo de especialização, não surpreende que ele informe as teses orientadas.

A SE foi fundada por Bill Hillier e colegas da então Bartlett School of Environment and Planning, Universidade de Londres, nos anos 1970. Tornou-se influente linha de investigação difundida por inúmeros países, inclusive Brasil¹. Fizemos revisões críticas da literatura noutras oportunidades². Segue um brevíssimo resumo na forma de tópicos.

- A teoria surge nos anos 1970 e integra a reflexão crítica sobre o modernismo e a reafirmação da *arquitetura como disciplina*.
- A SE opera uma mudança paradigmática nos estudos sobre relações espaço \times comportamento. Antes, eram entendidas como relações entre fenômenos distintos: o espaço era considerado a-social, e a sociedade, a-espacial, o que implicava paradoxos insuperáveis³. Para a teoria, a arquitetura já nasce cheia de significados e implicações sociais, e a sociedade não existe no éter, mas é, ela própria, um fenômeno espacial.
- A essência da arquitetura é *espacial*. A SE não lida com volumetria edilícia ou urbana, a não ser enquanto *definidora de espaço*.
- A desconfiança na capacidade de a língua natural descrever configurações espaciais leva à exploração de “técnicas não discursivas”. Hillier adota o aforismo de Galileu: “o mundo é matemático”.
- Na busca do *conhecimento objetivo*, soma-se às técnicas não discursivas o *questionamento direto* da realidade. Em tese, a SE não trabalha com depoimentos dos sujeitos envolvidos. Na prática, a caracterização da “sociedade” em termos de sistemas de encontros e esquivações, fulcral à teoria, não prescinde do questionamento direto dos sujeitos (veremos isso em alguns capítulos). A depender do problema de pesquisa, não basta registrá-los “objetivamente”,

estáticos nos lugares, ou em movimento através deles. Informação sobre quem está fazendo o quê, com quem, onde, quando, durante quanto tempo e sobre os modos de as pessoas avaliarem os lugares que frequentam, é pertinente a certos problemas de pesquisa no âmbito da SE e não pode ser obtida por simples observação.

- A SE aborda *sistemicamente* seus objetos. O foco de atenção são características dos *todos estruturados*, não de suas *partes* (ou, na gíria da teoria, características *globais*, não *locais*). Os atributos dos elementos constituintes do sistema (vias de uma cidade, cômodos de uma casa) existem como *função* da pertença ao todo.
- Não há teoria “pau pra toda obra”, nenhuma pode tudo, todas têm potencialidades e limitações. A SE não foge à regra. Um *problema empírico* (no mundo real) ainda não é um problema *de pesquisa*⁴. Este pressupõe conceitos, método e técnicas, pressupõe um olhar teórico (ou o concurso de olhares, mas não muitos!) que, por hipótese, possa iluminá-lo. Um problema pode ser *teoricamente* limitado para ser tratável por uma só “caixa de ferramentas” – como a da SE. Outros problemas exigem a contribuição de vários olhares. Ambas as coisas têm ocorrido em nosso grupo de pesquisa e os capítulos deste livro são exemplos disto.

Bom proveito!

Frederico de Holanda

Brasília, 10 de julho de 2012.

¹ Simpósios internacionais bienais desde 1997 têm reunido os pesquisadores. No Brasil, eles se concentram nas universidades UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UnB, UFF, UFSC e UFRGS. Frederico de Holanda testemunhou o surgimento da teoria por ocasião de sua pós-graduação em Londres, nos anos 1970. Ela foi empregada na sua dissertação de mestrado e na sua tese de doutorado (esta publicada em Frederico de Holanda, *O espaço de exceção*), ambas realizadas sob a supervisão de Bill Hillier. A teoria foi também empregada na tese de doutorado de Valério Medeiros, orientada por Frederico de Holanda. Na elaboração do estudo, Medeiros fez um estágio doutoral em Londres sob supervisão de Bill Hillier.

² Por exemplo: Frederico de Holanda: *O espaço de exceção; Arquitetura e urbanidade; Brasília: cidade moderna, cidade eterna*; Valério Medeiros: *Urbis Brasiliae, ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*.

³ Bill Hillier e Adrian Leaman, *The man-environment paradigm and its paradoxes*.

⁴ Julienne Hanson, *Os dez mandamentos (para escrever textos acadêmicos)*.